



MAPAS VIVENCIAIS: UMA ESCOLHA ÉTICA PARA ESCUTA DE BEBÊS E CRIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG

Eliza Kelly Grosman Amorim¹
Adriana Marques Ferreira²
Elaine da Costa Míscoli³
Víviam Carvalho de Araújo⁴
Thaís Silva do Nascimento⁵

RESUMO

O processo de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância parte do pressuposto estabelecido pelo Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257 de 08 de março de 2016, que deu um grande passo ao estender à toda faixa etária da Primeira Infância o direito à participação, reconhecendo o caráter de ser e estar na sociedade de bebês e crianças pequenas, como sujeitos culturais e que, a partir de suas múltiplas formas de enunciar, possam contribuir para a vida coletiva. O trabalho aqui apresentado constitui-se em uma escuta que aconteceu por meio de diferentes linguagens, por profissionais qualificados e através de estratégias que se adequaram às culturas da infância e aos modos próprios das crianças se expressarem. Dentre as estratégias, destacamos os Mapas Vivenciais como forma de escuta aos bebês e crianças matriculadas nas creches parceiras do município, por se tratar de uma forma de cartografar a vivência espacial, observando as atitudes criadoras que se fazem nas rotinas cotidianas, mapeando a ocupação dos lugares, suas reinvenções, seus afetos, suas atividades e atitudes nesses locais que os acolhem cotidianamente. Para a construção dessa proposta, foi utilizado o referencial da Teoria Histórico-Cultural, desenvolvido por L.S. Vigotski. O objetivo é o de que os bebês e as crianças pudessem participar da formulação e da execução das políticas destinadas ao seu atendimento e ao acolhimento de suas singularidades nos diferentes espaços em que convivem, suas rotinas cotidianas, nas várias escalas em que essas se inserem, desde as instituições educativas (como os berçários das creches) às suas moradias (ruas, bairros e cidade).

Palavras-chave: Políticas Públicas, Primeira Infância, Bebês e crianças pequenas, Mapas Vivenciais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância do município de Juiz de Fora (PMPI-JF) no ano de 2023. A sistematização dessas políticas evidencia uma tendência mundial quanto ao avanço conceitual, político e técnico-profissional centrados na construção de políticas voltada para os direitos da Primeira

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, elizakellyga@gmail.com;

² Mestra em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, didisl@gmail.com;

³ Especialista do Curso de Educação da Faculdade de Educação São Luiz, elainemiscolisedei@gmail.com

⁴ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, viviamc@gmail.com;

⁵ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, thaisnascimento.educacao@gmail.com



Infância, estabelecendo uma cultura de cuidado integral das crianças e daqueles que as cuidam. Dentre os avanços, destacamos os que dizem respeito às concepções de infância e criança, a compreensão sobre o desenvolvimento infantil - especialmente nos primeiros anos de vida -, bem como os compromissos nacionais e internacionais sobre dos direitos dos bebês e das crianças. Destacamos, ainda, o Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257/2016 (BRASIL, 2016), que enfatiza a importância da intersetorialidade, buscando um atendimento aos bebês e à criança de maneira integral e integrada, observando suas especificidades.

Tendo os documentos normativos e orientadores como balizadores para as discussões referentes à Primeira Infância, o município de Juiz de Fora instituiu o seu Comitê Intersetorial voltado para elaboração de tal plano.

Para organizarmos o processo de escuta dos bebês e das crianças, tivemos como premissa olhar para suas realidades concretas e simbólicas de vida, considerando que elas são os sujeitos dos direitos a quem o plano se dirige. Ao tomarmos o Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016) como base para a elaboração do plano, retomamos seus princípios no que diz respeito à consideração das crianças como ponto de partida das políticas públicas para a Primeira Infância.

Nessa trajetória, o trabalho de escuta nas creches parceiras do município de Juiz de Fora aconteceu utilizando diferentes metodologias, respeitando as singularidades e especificidades dessa faixa etária, com suas características de desenvolvimento. Esse movimento exigiu um olhar atento e uma escuta sensível, em que as profissionais responsáveis pela escuta se lançaram a questionamentos tais como: O que os bebês pensam? O que conhecem? Como pronunciam o mundo através das diferentes linguagens? Que experiências viveram e vivem? Que significado atribuem a estas experiências? Quais seus modos de ser e estar no mundo? Como se anunciam nos espaços e contextos sociais nos quais estão inseridos? Quais as redes de parentalidade e sociabilidade que fazem parte de suas vidas? Partindo do entendimento das crianças - desde os bebês - como sujeitos de direitos e produtores de cultura e considerando suas múltiplas linguagens, a Supervisão de Acompanhamento Pedagógico das Instituições Parceiras (SAPIP), do Departamento de Educação Infantil (DEI) da Secretaria de Educação (SE), lançou para as equipes das creches, sugestões de propostas de documentações em forma de mapas vivenciais, fotografias, registros de narrativas dos bebês e crianças e suas respectivas famílias, entre outras formas de escuta. Essa opção pelo registro das professoras como um instrumento de diálogo dos/com os bebês foi considerada a partir do entendimento do olhar sensível dos adultos capazes de

capturar a maneira como os bebês e crianças vivenciam suas formas de ser e estar no mundo, e as sutilezas compartilhadas cotidianamente.

Neste sentido, apresentaremos nesse artigo, um recorte do trabalho realizado por meio dos Mapas Vivenciais elaborados pelas creches parceiras do município, uma ação que integrou o movimento de escuta dos bebês e crianças no município para a elaboração do Plano Municipal de Primeira Infância. Lopes (2023) descreve os Mapas Vivenciais como um gênero textual privilegiado para a enunciação do viver em seus processos geográficos.

OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

O trabalho de escuta das profissionais, das famílias, dos bebês e crianças envolveu 46 creches parceiras do município. O primeiro trabalho realizado iniciou-se com um movimento intenso de escuta das famílias e das equipes de profissionais que atuam nas instituições, e que participaram por meio de diferentes instrumentos, tais como: respostas a questionários; rodas de conversa e “caixa de escuta”, onde registravam suas sugestões; por meio de conversas pelo Whatsapp, telefonemas, além dos diálogos tecidos no cotidiano da instituição. A Fig. 1 traz um registro sobre a “Caixa de Escuta”, localizado no hall de entrada de uma das instituições:



Figura 1 - “Caixa de Escuta” para participação das famílias

O próximo registro (Fig.2) revela um encontro realizado com as profissionais das creches e as famílias dos bebês e das crianças para fomentar os diálogos sobre o PMPI.



Figura 2 - Diálogos entre profissionais e famílias sobre o PMPI

Após esse momento, as coordenadoras das creches elaboraram um documento contendo um relato sobre os aspectos levantados, que contou com a participação de aproximadamente 1069 profissionais que atuam nas creches, 2171 famílias e 5401 bebês e crianças. Esta participação foi categorizada pela equipe do Departamento de Educação Infantil da Secretaria de Educação, organizados em Eixos assim intitulados: Educação Infantil; A criança e o direito ao brincar e cultura; Crianças, infância e diversidade: políticas e ações para diferentes infâncias e A criança, o espaço, a cidade e o meio ambiente.

Um segundo movimento na elaboração do PMPI do município, foi a realização da proposta dos Mapas Vivenciais para a escuta dos bebês e das crianças, para o qual utilizamos como base o referencial da Teoria Histórico-Cultural, desenvolvido por Vigotski (2006) e demais colaboradores. Para esse autor, qualquer nascimento humano é, na verdade, a chegada de uma nova vida em um fluxo de espaço e tempo social que já está em movimento. É no interior desse argumento que entendemos que o trabalho com Mapas Vivenciais tem sido uma forma de cartografar a vivência dos bebês e das crianças nos espaços que lhes são ofertados. A estratégia é partir do espaço dado e observando as atitudes criadoras que se fazem nas rotinas cotidianas, mapear as vivências que ali ocorrem, tendo atenção para a maneira como ocorre a ocupação dos lugares, suas reinvenções, seus afetos, suas atividades e atitudes nesses locais que acolhem os bebês e as crianças cotidianamente.

Os dados produzidos a partir do trabalho com os Mapas Vivenciais, assim como os desdobramentos desse processo nas práticas e organização dos espaços das creches parceiras, será apresentado na seção a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho com o Mapa Vivencial, contou com a participação de sete (7) creches e com a colaboração do professor Dr. Jader Janer Moreira Lopes, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que trouxe elementos teóricos/práticos que balizaram toda a proposta.

Nesse processo, aconteceram vários encontros formativos com a equipe da SAPIP/SE junto às coordenadoras das creches, como demonstra a Figura 3. Como ponto de partida, foi utilizada a planta baixa da creche como base para as observações, por considerarmos que esse é o espaço que é ofertado para os bebês que chegam na instituição. Utilizando essa planta baixa, as coordenadoras, junto aos demais profissionais, iniciaram as observações do coletivo da instituição, buscando identificar quais são as vivências que acontecem cotidianamente dentro das rotinas.



Figura 3 - Formação com profissionais das Creches Parceiras promovida pela SAPIP/DEI/SE

Vale ressaltar que compreendemos a vivência (*perijivanie*) numa perspectiva vigotskiana, ou seja, como uma combinação das particularidades do sujeito e as particularidades do meio. Como o ser humano se desenvolve continuamente vivenciando novas experiências, o meio também passa por transformações. “O meio não pode ser analisado como um ambiente imóvel e externo em relação ao desenvolvimento, mas deve ser compreendido como mutável e dinâmico” (VIGOTSKI, 2018, p. 83).

Para iniciar o trabalho de observação, o grupo foi convidado a refletir sobre as seguintes questões: quais são os espaços mais utilizados pelos bebês e crianças? Há alguns espaços que não ocupam? Quanto tempo permanecem? Os bebês e crianças têm livre acesso a quais espacialidades? Quais elementos estão presentes nos vários ambientes? A utilização do espaço é pensada a partir dos ciclos da natureza, ciclos da vida? Quais aromas, cores, sabores e texturas estão presentes? Quais brinquedos e brincadeiras são propostos nesses espaços? Quais instrumentos infantis (individuais e coletivos) estão presentes? Como são pensados os espaços dados, coletivos, individuais, de circulação de deslocamento (entorno)? Foi proposto também o registro de outras vivências consideradas significativas pelo grupo. Foi solicitada a criação de legendas dentro dos mapas para registrar essas observações e ações, identificando os espaços frequentados por bebês e crianças.

Após o processo de observação, as coordenadoras das instituições convidaram o grupo de profissionais a observarem o mapa e suas respectivas legendas, refletindo sobre a forma como os bebês e crianças habitavam - ou não os espaços.

Em especial, foi solicitada uma análise sobre o acesso aos espaços pouco frequentados, pensando em ações que pudessem transformá-los. Nesse processo, o grupo deveria refletir sobre: o que poderia ser modificado/transformado para que todos pudessem acessar esses espaços? Os bebês e crianças desejavam habitar tais espaços? Se não, por quê? É um espaço atrativo, prazeroso, com propostas lúdicas provocativas?

Para efeito de exemplo, apresentaremos a seguir, nas Figuras 4 e 5, como uma das creches realizou o trabalho a partir da proposta do Mapa Vivencial:

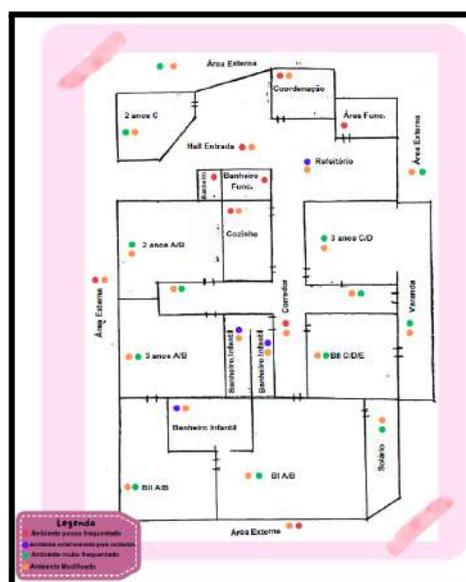


Figura 4 – Planta Baixa – análise inicial

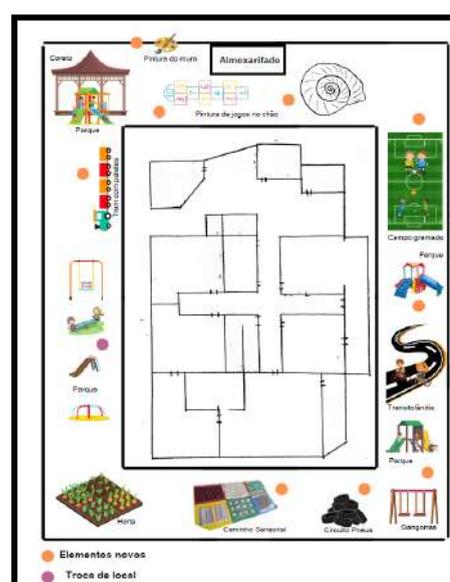


Figura 5 – Proposta de intervenções no Pátio

Na legenda da Figura 4, pode-se observar que as profissionais que atuam na creche iniciaram o processo de análise identificando os ambientes da seguinte maneira: Vermelho: Ambientes pouco frequentados; Azul: Ambientes dedicados aos cuidados diários; Verde: Ambientes muito frequentados; Laranja: Ambientes modificados. Após as reflexões propostas para a metodologia, é possível observar as transformações pensadas pela equipe que atua na instituição tendo em vista criar possibilidades para que os bebês e crianças explorassem todos os espaços.

Na Figura 5, é possível observar as propostas de intervenções no Pátio Externo da creche. Neste ambiente, a coordenadora traz o relato de que o parquinho era pouco utilizado pelas crianças, já que, por ter uma estrutura alta (na perspectiva das crianças de 0 a 3 anos), as professoras temiam utilizá-lo. Por estar situado em um piso de cimento, como alternativa, o grupo decidiu transferi-lo para uma área gramada. Além disso, realizaram adaptações nos brinquedos, cavando a terra de modo que sua base ficasse dentro do chão (em alguns casos, foi necessário retirar parte da base). Ao diminuir a altura dos brinquedos, os bebês e as crianças puderam utilizá-los com segurança. Esse processo é evidenciado nas Figuras 6 e 7 a seguir.



Figura 6 - Antes e durante a transformações do Parquinho



Figura 7- Após transformações do Parquinho - crianças brincando com autonomia

A Figura 8 revela as intervenções pensadas para os Ambientes Internos. Após a reorganização dos espaços e a inserção de novos elementos, foi possibilitado um novo modo de ocupação de todos os ambientes da creche. Alguns espaços foram organizados para “Visitas Guiadas”, com planejamento de atividades diferenciadas.

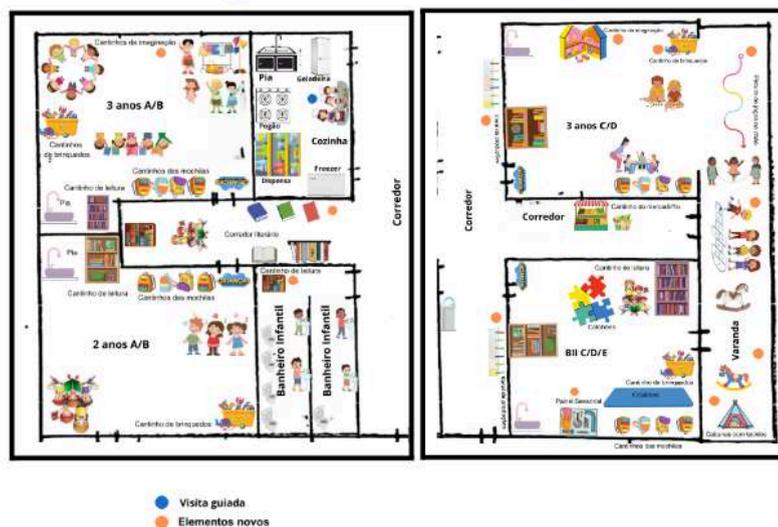


Figura 8 - Planta Baixa - Proposta de intervenções nos Ambientes Internos

Algumas creches enviaram para a equipe técnica da SE registros revelando as transformações no espaço da instituição já no início do processo de reflexão. Após os diálogos com as profissionais da instituição, a coordenadora da creche organizou um texto coletivo sobre as observações do grupo e os registros foram encaminhados para a SAPIP/SE. Esses relatórios trazem as narrativas do processo, registros fotográficos e as plantas baixas das instituições com suas respectivas legendas, revelando as mudanças que ocorreram durante o período de construção dos Mapas Vivenciais, evidenciando as novas ocupações/apropriações dos espaços. Por meio das visitas realizadas pela equipe da SAPIP/SE e pelas narrativas das coordenadoras das creches, foi possível perceber que as áreas externas, os ambientes que proporcionam contato com a natureza e os parques foram apontados entre as preferências dos bebês e crianças.

Dessa maneira, as equipes de profissionais das instituições elencaram propostas para que eles - bebês e crianças - pudessem explorar os espaços amplos e livres por um período maior de tempo dentro da rotina da instituição. Além disso, planejaram várias intervenções para os espaços ociosos, transformando-os em lugares que incentivam a exploração, a brincadeira e a interação. Um exemplo é o registro que apresentamos na Figura 9 a seguir.



Figura 9 - Inserção de novos elementos na área externa da instituição

Como parte do processo de elaboração do PMPI do município de Juiz de Fora, todos os dados produzidos na escuta realizada nas creches parceiras, foram discutidos no interior dos Grupos de Trabalho do Comitê Intersetorial pela Primeira Infância, sendo, em momento posterior, integrado ao Quadro Operativo dos sete Eixos Estratégicos do Plano, a saber: *Direito à Educação Infantil; Direito à Saúde; Direito à Assistência Social; Direito à Diversidade; Direito à Proteção contra todas as formas de violência; Direito a ter direitos; Direito à cidade.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caminho trilhado na construção do Plano Municipal pela Primeira Infância no município de Juiz de Fora, os registros das suas vivências cartografam uma boa trilha por onde começar em nossa caminhada com as crianças e seus espaços (LOPES, 2012, p. 151) tendo em vista a documentação realizada durante o processo de cartografar os espaços e as ações das creches parceiras. Além disso, os diálogos tecidos durante o percurso fomentaram os estudos das equipes das instituições para elaboração de planejamentos, formações, exposições, (re)organização dos espaços, atualização e revisão do Projeto Político Pedagógico. No processo de compartilhamento de experiências, uma das instituições teve a oportunidade de apresentar o trabalho realizado durante o III Intercâmbio de Educação Infantil do Município, organizado pela Secretaria de Educação, revelando a potência existente



na escuta e no diálogo dos/com os bebês e crianças pequenas para todas as demais instituições que trabalham com essa etapa da educação no município. Além disso, todo esse processo de escuta das famílias, profissionais, bebês e crianças nas creches, contribuiu, sobremaneira, para as discussões que aconteceram no interior dos Grupos de Trabalho de cada Eixo Estratégico de nosso PMPI, contribuindo para a escrita do documento.

Consideramos que o trabalho realizado possibilitou que os bebês e as crianças pudessem participar da construção de políticas voltadas para seu atendimento, observando seus desejos e necessidades, sendo respeitadas suas manifestações por meio de diferentes linguagens, considerando os diferentes espaços e escalas em que se inserem cotidianamente. “A vida humana é produção social a partir das bases e relações concretas com os outros humanos com os quais nos relacionamos. Situados histórica e geograficamente, marcamos o mundo com nossas intencionalidades e por ele somos marcados.” (LOPES, 2023, p 323).

Aqui retomamos a compreensão dos Mapas Vivenciais como gênero textual, como artefatos da cultura marcados por nossa humanidade, nossas histórias e geografias, produzidos em condições languageiras a partir da leitura dos signos ideológicos presentes nas vivências do espaço geográfico. “Os mapas vivenciais amalgamam espacialidades, temporalidades e os valores nelas presentes, como possibilidades enunciativas” (LOPES, 2023, p. 326).

Dessa maneira, entendemos que a participação infantil por meio da escuta realizada por meio dos Mapas Vivenciais, pretende anunciar a participação infantil, quebrando com as clássicas concepções adultocêntricas, onde só ao adulto é dado o direito à palavra e que só ele decide, enquanto o bebê é submisso, subalternizado em um olhar marcado pela falta: seria aquele não tem “voz”, não é portador de um linguagem própria e, por isso, só lhe resta ouvir e aceitar como verdade as ações, as atividades e os projetos societários a que lhes é destinado.

A ideia de participação dos bebês e das crianças nas questões que afetam sua vida se referem à mudança de concepção sobre a infância, quando os compreendemos como capazes, construtores do seu conhecimento, criadores de linguagens para se expressarem, com habilidades, com atitudes criadoras, capazes de estabelecer ações para resolver problemas que os afetam.

Em outras palavras, o direito à participação fundamenta-se na concepção de que o bebê é sujeito social desde a vida intrauterina e, a cada dia, em nossas instituições, tem nos ensinado sobre suas capacidades e formas de ser e estar no mundo, de se expressar como ser cultural. Eles dialogam e nos mostram através de suas diferentes linguagens o que esperam de nós e dos espaços que frequentam, entendendo o espaço como produtor das relações sociais, preche de significados.



Por fim, concordamos com Lopes e Paula (2022) ao dizerem que espaço e infância se encontram e se tornam perenes na vida adulta por meio de memórias, sentimentos e emoções. Isso ocorre porque são construídos valores e significados que constituem nossa consciência de mundo e nossa pessoa no mundo.

Sendo assim, desejamos que os apontamentos tratados nesta narrativa possam contribuir para reflexão sobre a necessidade de criar possibilidades que favoreçam o exercício de cidadania dos bebês e crianças de maneira ética.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos bebês e às crianças por nos possibilitarem realizar uma escuta tão potente e sensível acerca de suas percepções e necessidades. Ao DEI/SE e às profissionais das creches parceiras por tornarem possível a implementação dessa metodologia. Ao Comitê Intersetorial pela Primeira Infância de Juiz de Fora, pela trajetória na busca da implementação de políticas públicas que pautem a defesa dos direitos da Primeira Infância em nossa cidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Marco Legal da Primeira Infância. **Lei nº13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LOPES, J. J. M.. Os bebês, as crianças pequenas e suas condições histórico-geográficas: algumas notas para o debate teórico-metodológico. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, edição Especial, p. 151-161, ago.2012.

LOPES, J. J. M.; COSTA, B. M. F.. Mapas e vivenciais e espacialização da vida. **Porto das Letras**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 321–335, 2023. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/15710>>. Acesso em: 21 out. 2024.

LOPES, J. J.; PAULA, S. V. Órfãos de espaço. Instrumento: **Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 473-486, maio/ago. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/37030>>. Acesso em: 12 de set. 2024.

VIGOTSKI, L. S.. **Obras escogidas**. Tomo IV. Madrid: Visor y A. Machado Libros, 2006.

VIGOTSKI, L. S.. **7 Aulas de LS Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. Tradução PRESTES, Zoia e TUNES, Elizabeth. Rio de Janeiro: E-Papers. 2018.